

--- 簡要裁判（按照經第 9/2013 號法律修改的<<刑事訴訟法典>>第 407 條第 6 款規定） -
--- 日期：11/4/2024 -----
--- 裁判書製作法官：蔡武彬法官 -----

上訴案第 231/2024 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院裁判書製作人

簡要判決

上訴人 A 於 2022 年 7 月 29 日在初級法院第一刑事法庭合議庭普通訴訟程序 CR1-22-0100-PCC 號卷宗內，因以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下觸犯一項第 10/2016 號法律修改的第 17/2009 號法律第 8 條第 1 款結合同法律第 18 條及《刑法典》第 67 條所規定及處罰的「不法販賣麻醉藥品及精神藥物罪」，被判處 3 年 6 個月實際徒刑。

判決已生效，現正在服刑，上訴人將於 2025 年 4 月 20 日服完全部徒刑，並且已於 2024 年 2 月 20 日服滿了 2/3 刑期。

刑事起訴法庭為此繕立了第 PLC-108-22-2-A 號假釋案。在此案中，尊敬的刑事起訴法官於 2024 年 2 月 20 日作出批示，否決了上訴人的假釋。

上訴人 A 不服上述決定，向本院提起上訴：

1. 尊敬的刑事起訴法庭法官於 2024 年 2 月 20 日透過批示否決服刑人(現上訴人)假釋申請。

2. 在對尊敬的刑事起訴法庭法官的見解給予極大尊重下，上訴人認為有關批示違反了《刑法典》第 56 條第 1 款之規定 (《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款)，原因是原審法院在作出被上訴批示時錯誤地認為給予假釋之實質要件沒有獲得滿足。
3. 原審法院認為無論是基於特別預防抑或是一般預防兩方面皆未能因上訴人直至作出被上訴批示日止所履行的徒刑而獲得滿足。
4. 上訴人尊重原審法院的決定，惟未能認同，因上訴人認為本假釋案目前之情節已符合了刑法典第 56 條第 1 款 a)項以及 b)項所規定的要件。
5. 事實上，上訴人在獄中表現的各項評分已為最好的級別：其屬信任類；其服刑期間行為的總評價為「良」，且亦無任何違反監獄紀律的紀錄。
6. 路環監獄獄長亦認為上訴人已具有重返社會的條件，建議給予其假釋機會。
7. 考慮到監獄與外界的隔絕程度，監獄獄長和監獄內部之社會援助技術員為社會中少數能與在囚人士有穩定接觸之人士，該等人士的意見對法院就假釋申請作決具有相當重要的參考價值。
8. 另一方面，正如原審法院於被上訴裁判中指出：
「其自去年起參與獄中的麵包西餅職訓，在參與職訓方面表現積極，此一表現是值得肯定的，亦顯示其人格已有正向發展的趨勢。」(假釋卷宗第 43 頁背頁)(粗體由上訴人所加上)
9. 此外，原審法院亦指出：
「被判刑人在庭審時承認被指控的犯罪事實，表示後悔及承諾不會再犯，並自願及主動向警方提供同案另一名嫌犯的資料以助警方拘捕該名嫌犯，被判刑人亦因而獲得刑罰減輕。」(假釋卷宗第 43 頁背頁)(粗體由上訴人所加上)
10. 針對上訴人以往之生活及其人格方面，根據載於卷宗第 42 頁背面的被上訴批示所顯示，被判刑人為初犯，首次入獄，被判

刑人因經濟問題於初中便輟學，於 16 歲便投身社會，自 2010 年到 2017 年間從事餐廳侍應，自 2021 年起到澳門從事酒店業餐飲工作。

11. 換言之，儘管上訴人因為經濟問題而未能完成學業，但於輟學後，上訴人一直自力更生，從事正當職業以賺取金錢，被判刑人家庭經濟貧窮，但與家人關係融洽。
12. 另一方面，在作為上訴人入獄依據的刑事案件(卷宗編號: CR1-22-0100-PCC)中，上訴人於庭審聽證中承認了被指控的犯罪事實及表示後悔，並且主動及自願向警方提供另一名嫌犯的資料以助警拘捕該名嫌犯，並因而獲得刑罰的特別減輕。(CR1-22-0100-PCC 裁判書第 9 頁)
13. 上訴人承認販毒罪之嚴重性，但上訴人不希望法院在給予假釋作決定時，只重點考慮犯罪情節，而漠視/低估了上訴人於犯罪後(無論是刑事案件待決階段，抑或是判決之執行階段——即正式服刑階段) 之行為態度表現。
14. 綜合本案中的不同情節，尤其是考慮到上訴人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，毫無疑問《刑法典》第 56 條第 1 款的 a) 項規定之要件(特別預防之要求) 已得到滿足。
15. 另外，針對一般預防方面，《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項之規定要求「釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧」
16. 特別預防中所重視的為社會大眾對上訴人獲得假釋的觀感。
17. 而此一“社會觀感”，需對服刑者犯罪事實和情節的嚴重程度，其服刑期間的人格演變，公眾對其的人格改變予以認同和接納，其假釋不會令到公眾認為不符合公平正義等方面作出分析。
18. 上訴人承認其所觸犯的販毒罪對澳門的社會安寧以及法律秩序構成了嚴重的影響，且亦了解毒品對人體健康的損害、對家庭完整的破壞、毒品犯罪年輕化的趨勢等因素使到此類犯罪的一般預防要求程度比起一般犯罪為高。

19. 但這並不表示法院在面對任何一宗涉及販毒案件的首次假釋申請，都應該「近乎自動化地」作出否決（尤其是以一般預防的名義）。
20. 儘管澳門《刑法典》第 56 條第 1 款要求必須同時具備該款之各項要件才可給予假釋，我們不應否認 a 項要件之優先性要高於 b 項。
21. 事實上，上訴人對於其觸犯販毒罪而對社會所產生的負面影響感到極度後悔，這種心情直至現在仍一直持續著，因此其在刑事案件的偵查階段積極給予警方協助以識別另一名嫌犯之身份、在庭審上對自己實施不法行為供認不諱、表現良好認罪態度、在服刑期間亦一直保持良好行為以及積極參加職訓，上訴人以上種種行為皆是為了用行動證明其認真改過的決心，內化了法院對其因作出不法事實而透過有罪判決作出的譴責，外化了其在實施不法事實後所作的反思。
22. 上訴人相信，若公眾有機會一同見證上訴人作出不法事實之後一直以來（無論是案件調查階段、庭審階段、抑或是服刑期間）的表現，皆會認同並支持上訴人在履行刑期的三分之二後，值得一個有條件地重獲自由（假釋）的機會。
23. 換言之，上訴人認為，其倘獲假釋不會令到公眾認為不符合公平正義、不會動搖公眾對法律制度的信心、不會引發公眾不必要的恐慌、不安，故不會敗壞“社會觀感”，反而會令公眾對法院因按每一具體個案之情節而決定給予或不給予假釋、其具彈性、人性化而非自動化、非機械化的處理而會對澳門司法體系重獲信心。
24. 完全的服刑並不一定能為服刑人帶來比起假釋更有利的結果，尤其是更好地適應社會此一方面，而事實上，讓服刑人更好地適應社會除了是服刑人自身的利益外，當中更加能體現的是社會大眾的集體利益。
25. 綜合上訴人的表現，尤其不論是澳門路環監獄社會援助、教育及培訓處的假釋報告、澳門路環監獄獄長的建議均指出上訴人

在獄中經已建立了積極正面的人生態度，其人格正向的轉變，故認為上訴人已具備重返社會條件。

26. 換言之，為期 2 年 4 個月的服刑期間已對上訴人產生了刑罰的正面體現。
27. 原審法院在作出被上訴批示中指出「倘法庭現時作出假釋決定，將是對信賴法律、循規守紀的社會成員構成另一次傷害，同時亦會動搖法律的威懾力，更甚者，將對潛在的犯罪分子釋出錯誤的訊息，使之抱有僥倖心態而以身試法。」
28. 原審法院的此一見解扼殺了所有任何作出與毒品相關犯罪的人士假釋的機會，根據此一見解，只要所涉及之犯罪與毒品相關，提早釋放便必然動搖法律的威懾力，不論有關的服刑人士是否經已悔改、其於獄中的表現是否良好又或者個別服刑人的提早釋放是否為社會大眾所接受。
29. 事實上，上訴人服刑至今經已 2 年 4 個月的時間，其於獄中的表現良好，態度積極上進，知錯悔改，且僅於其卷宗編號為 CR1-22-0100-PCC 的案件中主動及自願地向警方提供有用之協助及認罪態度良好才獲得刑罰的特別減輕，而事實上，上訴人的個案正正警示了所有潛在的犯罪分子需要為自己的不法行為負責。上訴人認為其已服刑 2 年 4 個月的事實，在其倘若獲得假釋的情況下，對潛在的犯罪分子並無任何的鼓吹潛在的犯罪分子的作用。
30. 提早釋放一名經已被教化的服刑人士事實上並不會因此而動搖到社會大眾對法律制度的信心，即使有關犯罪涉及毒品亦然，反之，上訴人的表現正正體現了刑罰的作用。
31. 故此，在完全認同販毒罪的嚴重性及（因此）該罪相對一般犯罪而言存在更高的一般預防要求的前提下，上訴人認為刑法典第 56 條第 1 款 b 項之要件亦在最低限度下獲得滿足。
32. 綜上所述，上訴人認為就假釋的所有形式及實質要件皆在本案中獲得滿足，根據上述事實與相關法律配合之下，應宣告撤銷被上訴的批示，並判處上訴人即時可獲得假釋。

綜上所述，懇請尊敬的法官 閣下裁定本上訴理由成立，撤銷原審法院否決假釋申請的決定，並因而裁定給予上訴人假釋。

檢察院對上訴人的上訴理由作出答覆，認為不批准上訴人現階段假釋的法官決定應予維持。

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下提交了法律意見。¹

¹ 其葡文內容如下：

Alega o recorrente A estarem verificados todos os legais requisitos previstos no art.º 56, do CPM, para a modificação da execução da pena de privação de liberdade que o recluso cumpre, devendo ser-lhe concedida a liberdade condicional.

Subscrevendo as doughtas considerações do Digna Magistrada do Ministério Público vertidas na sua resposta à motivação do recurso, entendemos que não assiste razão ao recorrente.

Por força do art.º 56 n.º 1 do C.P.M., a concessão da liberdade condicional depende da coexistência do pressuposto formal e do pressuposto material.

É considerado como pressuposto formal da concessão da liberdade condicional, que o condenado tenha já cumprido dois terços da pena de prisão e no mínimo de seis meses. Já o pressuposto material abarca a ponderação global da situação do condenado à vista da necessidade da prevenção geral e prevenção especial, sendo a pena de prisão objecto de aplicação da liberdade condicional quando resultar um juízo de prognose favorável ao condenado em termos da aceitável reintegração do agente na sociedade e da defesa da ordem jurídica e da paz social.

Neste sentido, a aplicação da liberdade condicional nunca é feita pela lei com carácter automático, ou seja, não é obrigatório aplica-la mesmo estando preenchido o pressuposto formal, tendo de mostrar-se satisfeito o pressuposto material.

Permitimo-nos mencionar desde já a condição da concessão de liberdade condicional interpretada pelo ilustre Tribunal Colectivo do T.S.I., encontrando-se recentemente nos Proc.s n.ºs 418/2013 e 399/2013, ambos de 11/07/2013:

“A liberdade condicional é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social.”

Em relação de juízo de prognose favorável, o Prof. Jorge de Figueiredo Dias ensinou-nos assim:”

“... se ainda aqui deve exigir-se uma certa medida de probabilidade de, no caso da libertação imediata do condenado, estes conduzir a sua vida em liberdade de modo socialmente responsável. Sem cometer crimes, essa medida deve ser a suficiente para emprestar fundamento razoável à expectativa de que o risco da libertação já possa ser comunitariamente suportado.” (《Direito Penal Português – As consequências Jurídicas do Crime》, 2ª. Reimpressão, §850).

Além do juízo de prognose favorável, o Prof. não deixou de afirmar a obrigação de respeitar exigências de prevenção geral positiva, pois pode “..... o reingresso do condenado no

本院接受上訴人提起的上訴後，裁判書製作人在初端批示中認為上訴理由明顯不成立，故運用《刑事訴訟法典》第 407 條第 6 款 b 項規定的權能，對上訴作出簡要的審理和裁判。

一、事實方面

本院認為，案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依

seu meio perturbar gravemente a paz social e pôr assim em causa as expectativas comunitárias na validade da norma violada. Por outro lado, da aceitação do reingresso pela comunidade jurídica dependerá, justamente, a suportabilidade comunitária da assunção do risco da libertação que, como dissemos, é o critério que deve dar a medida exigida de probabilidade de comportamento futuro sem reincidência.” (《Direito Penal Português - As consequências Jurídicas do Crime》, §852).

In casu, formulou um parecer o Sr. Director do Estabelecimento Prisional da prognose social favorável ao recorrente. No entanto, parecer este, não tem a concordância do Tribunal recorrido, tendo em conta o crime cometido e o seu modo de vida anterior que se configura na desconfiança do Tribunal recorrido quanto à reinserção social com espírito de responsabilidade do recorrente (cfr. fls. 43v.).

Entendemos que muito bem vai a doughta decisão recorrida, em termos de prevenção, tendo em conta o tipo e a natureza do crime de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, no caso em concreto, tem a ver com 8.673g de metanfetamina, cuja gravidade é do conhecimento de todos, e, sendo o recorrente não residente de Macau, ou seja, cremos que são fortes as exigências de prevenção geral.

Pois a natureza e gravidade dos actos criminais cometidos são sempre partes dos elementos de consideração de que o Tribunal tem de curar, quer na fase de julgamento, quer na decisão da aplicação da liberdade condicional.

Em referência à natureza e à gravidade da consequência jurídica do crime de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, como é do conhecimento geral, a criminalidade relacionada com este tipo de actividades ilícitas tem criado muitos e sérios problemas sociais, relevando exigências de prevenção geral, que se constituem como prejuízo e riscos para a saúde pública e a perturbação da tranquilidade social.

No caso em concreto, tendo em consideração a realidade social de Macau e a rigorosa exigência da prevenção geral quanto ao tipo de crime praticado pelo recorrente, bem como a influência negativa que a liberdade antecipada do recorrente virá trazer para a comunidade, nomeadamente, o prejuízo da expectativa da eficiência das leis, independentemente da permanência futura ou não do recorrente, temos de afirmar que a concessão da liberdade condicional seria, muito provavelmente, incompatível com a ordem jurídica e a paz social, nos termos do art.º 56 nº 1 do C.P.M..

Pelo exposto, concordando com a doughta decisão recorrida, não conseguimos chegar a um juízo de prognose favorável ao recorrente para lhe conceder a liberdade condicional, por não vermos que as condições em que o recorrente se encontra encontrem eco nos termos do art.º 56 nº 1 do C.P.M..

Concluindo, entendemos que deve ser rejeitado o recurso interposto por ser improcedente.

據：

- 上訴人 A 於 2022 年 7 月 29 日在初級法院第一刑事法庭合議庭普通訴訟程序 CR1-22-0100-PCC 號卷宗內，因以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下觸犯一項第 10/2016 號法律修改的第 17/2009 號法律第 8 條第 1 款結合同法律第 18 條及《刑法典》第 67 條所規定及處罰的「不法販賣麻醉藥品及精神藥物罪」，被判處 3 年 6 個月實際徒刑。
- 判決已生效，現正在服刑，上訴人將於 2025 年 4 月 20 日服完全部徒刑，並且已於 2024 年 2 月 20 日服滿了 2/3 刑期。
- 監獄方面於 2023 年 12 月 28 日向刑事起訴法庭提交了假釋案的報告書（其內容在此視為全部轉錄）。
- 上訴人 A 同意假釋。
- 刑事起訴法庭於 2024 年 2 月 20 日的批示，否決了對 A 的假釋。

二、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，否決假釋的決定違反了《刑法典》第 56 條的規定。

《刑法典》第 56 條規定：

“一.當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：

- a) 經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及
- b) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二.假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。

三.實行假釋須經被判刑者同意。”

從這個規定看，是否批准假釋，除了要符合形式上的條件（服刑已達三分之二且至少已滿六個月）以外，集中在要符合特別及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件上。

在特別的預防方面，要求法院綜合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。

而在一般預防方面，則是集中在維護社會法律秩序的要求上，即是，綜合所有的因素可以讓我們得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”²

那麼，我們看看上訴人是否符合假釋的條件。

在獄中，上訴人空閒時喜歡閱讀書籍、看報紙看電視等，亦曾參與永利酒店在獄中舉辦的烹飪班，並獲發證書。另外，上訴人亦參與職業培訓課程，2023 年 7 月 20 日起參加麵包西餅學徒的工作。上訴人暫未有參與任何學習課程。其行為總評價為“良”，被列為“信任類”，獄方的社工及監獄長對上訴人的假釋申請提出肯定的意見。就這一點上可以認為上訴人在服刑期間的表現令監獄各方對其行為表現表示滿意，甚至顯示其在犯罪的特別預防方面可以得出對他的提前釋放有利以及已經滿足《刑法典》第 1 款 a 項的要求的結論。

然而，正如我們一直認為的，囚犯的犯罪後的表現，尤其是在服刑期間在主觀意識方面的演變情況顯示出有利的徵兆，亦不是當然地等同於假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害。這不單取決於其本人的主觀因素，而更重要的是考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受以及對社會秩序產生一種衝擊等

² In Direito Penal Português, As Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

負面因素。

誠然，我們一直強調，必須在犯罪預防的兩個方面取得一個平衡點，一方面，假釋並不是刑罰的終結，它的最有效作用是在罪犯完全被釋放之前的一個過渡期讓罪犯能夠更好地適應社會，而完全的融入這個再次生活的社會。另一方面，法院不能過於要求一般預防的作用而忽視了特別預防的作用以至於人們產生某些罪行難以假釋的錯誤印象。而在本案中，上訴人非為澳門居民，並以旅客身份在澳門實施販毒這個嚴重的犯罪行為，從其犯罪的嚴重性以及其行為的“反社會”性來看，即使上訴人已經顯示坦承犯罪事實以及表示誠心悔過，我們仍然不能得出結論：對此類行為在足以使公眾的心理承受能力能夠接受對此類犯罪之前，上訴人在幾年多的獄中服刑期間，囚犯的表現足以消磨其犯罪行為給這個社會帶來的影響，提前釋放不會對社會、法律秩序帶來另外一次嚴重的衝擊，單就這些必須考慮的犯罪的一般預防的因素（即使不考慮上述的特別預防方面的消極因素），就已經決定了上訴人還不具備所有的假釋條件，法院還不能作出假釋的決定，其上訴理由明顯不能成立，應該予以駁回。

三、決定

綜上所述，中級法院裁判書製作人裁定上訴人 A 的上訴理由明顯不成立，予以駁回。

上訴人需支付本案訴訟費用，並且支付 4 個計算單位的司法費，還要支付《刑事訴訟法典》第 410 條第 3 款所規定的相同計算單位的懲罰性金額。

上訴人的委任辯護人的辯護費，確定為 2000 澳門元，由上訴人支付。

澳門特別行政區，2024 年 4 月 11 日

蔡武彬（裁判書製作人）